Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"TERRORISMO EM MOSSORÓ"

O jornal *O Mossoroense* e o dispositivo normativo da ditadura (1970-1973).

"TERRORISM IN MOSSORÓ"

The newspaper O Mossoroense and the dictatorship´'s normative apparatus (1970-1973)

SULIENDSON DANTAS DO NASCIMENTO[1]

ANDRÉ BONSANTO[2]

RESUMO

Este artigo analisa como, no início da década de 1970 - período marcado pelo auge da adesão da sociedade brasileira aos valores da ditadura cívico-militar -, o jornal O Mossoroense, a partir de um discurso de perseguição ao onipresente *perigo comunista/terrorista*, contribuiu para a construção dos contornos de um dispositivo normativo de pertencimento/exclusão da identidade nacional. A análise fundamenta-se na noção de discurso formulada por Michel Foucault e apropriada por Michel de Certeau, permitindo compreender como o jornal, localizado no interior do Rio Grande do Norte, funcionou como suporte para a circulação de enunciados cívicos. Nesse processo, o impresso colaborava para instaurar, no cotidiano de Mossoró, um poder disciplinar voltado à colonização de sujeitos e à perseguição de corpos insubmissos — frequentemente associados à juventude contracultural, marcada, entre outros signos, pelos longos cabelos do movimento hippie.

Palavras-chave: *O Mossoroense;* ditadura; discurso; dispositivo normativo; anticomunismo

ABSTRACT

This paper examines how, in the early 1970s - a period marked by the peak of Brazilian society's adherence to the values of the civil-military dictatorship - the newspaper O Mossoroense, through a discourse of persecution against the ever-present communist/terrorist threat, contributed to the construction of the contours of a normative device of inclusion/exclusion within national identity. The analysis is grounded in the notion of discourse as formulated by Michel Foucault and later

[1] Professor de História formado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da UERN. Orcid ID: https://orcid.org/0009-0002-3312-2445. E-mail: suliendson@hotmail.com

[2] Professor Adjunto do curso de Comunicação e Multimeios da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Historiador e Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Orcid ID: https://orcid.org/0000-0001-8406-4009. E-mail: andrebonsanto@gmail.com

appropriated by Michel de Certeau, which enables an understanding of how the newspaper, published in the interior of Rio Grande do Norte, functioned as a vehicle for the circulation of civic enunciations. In this process, the print medium collaborated in establishing, within the daily life of Mossoró, a disciplinary power aimed at the colonization of subjects and the persecution of insubordinate bodies—frequently associated with the countercultural youth, marked, among other signs, by the long hair of the hippie movement.

Keywords: *O Mossoroense*; dictatorship; discourse; normative device; anti-communism**.**

INTRODUÇÃO

Eu desconfio dos cabelos longos de sua cabeça
se você deixou crescer de um ano pra cá.
Eu desconfio de sua cabeça.
Eu desconfio no sentido estrito.
Eu desconfio no sentido lato.
Eu desconfio dos cabelos longos.
Eu desconfio do diabo a quatro.
(AlceuValença, *Cabelos longos*)

Centenário jornal em folha, *O* Mossoroense, fundado no interior do Rio Grande do Norte por Jeremias da Rocha em 1872, já assumia ao seu início uma posição antimonárquica e anticlerical, atuando dentro da vanguarda do então pensamento liberal brasileiro (Rebouças, 2017, p. 42, 47-48). O decorrer de sua história é marcado por várias aberturas e fechamentos, constituindo diversas fases: 1872-1976; 1902-1934; 1953-1963; 1970-1983; 1985 até 2015. Seu ativismo político liberal explicitado da primeira (1872-1876) à terceira (1953-1963) fase histórica, encontrou na reabertura da chamada "quarta fase histórica" (1970-1983), condições políticas e econômicas que o empurraram para um alinhamento com a ditadura brasileira, se configurando como um desvio de suas experiências históricas mais progressistas[3]. Como um agente histórico determinado pelas condições de seu tempo, os discursos do *O Mossoroense* estavam quase sempre ajustados com os grandes grupos de comunicação do país que, entre permanências e pontuais rupturas, seguiam alinhados ao imaginário político da ditadura brasileira (Bonsanto, 2014; 2021)[4].

[3] Para uma análise mais detalhada sobre a história de *O Mossoroense* em suas diferentes fases, bem como as relações que se estabeleceram entre o jornal ao longo do período da ditadura, consultar Autor (Nascimento, 2023).

[4] Neste trabalho partimos de uma perspectiva "cultural" da história imprensa (Barbosa, 2007)

Aarão Reis (2014), lembra que o Brasil, no início dos anos 1970, diante de um contexto internacional de Guerra Fria, ao mesmo tempo que vivia o auge repressivo da ditadura, também consolidava a hegemonia do dispositivo discursivo do regime que era impulsionado pelos efeitos do "milagre econômico" (2014, p. 93-124). Diante deste cenário, a relação centro-periferia do país era demarcada muito mais pela eficiência da generalização da identidade política nacional, contingenciando grande parte das massas do país a um alinhamento com a ditadura civil militar. Isto conferia ao regime uma condição de hegemonia que servia plataforma ideológica capilarizada nas disputas políticas locais (Nascimento, 2023, p. 92-133).

Em Mossoró-RN, esta hegemonia discursiva se fazia presente de tal modo que, na disputa eleitoral pelo poder executivo da cidade, em 1972, as duas correntes políticas, arenistas e emedebistas, buscavam votos de seu eleitorado vinculando-se aos valores ideológicos da ditadura brasileira.[5] Neste momento, o enunciado "revolução 64" pode ser visto como referência de sua materialidade discursiva (um ponto autorreferente e condensador de legitimação e de crença), o verde e amarelo da bandeira nacional passava a vestir o verde-oliva dos militares e seu governo.

Partindo deste cenário político buscaremos, através de uma análise discursiva do jornal *O Mossoroense,* entre os anos 1970 e 1973, descrever o modo de operação do quadro normativo do *dispositivo cívico* organizado pelo

que procura problematizar o jornalismo a partir de suas práticas e processos comunicacionais. Neste sentido, encaramos os jornais como *sujeitos* "em comunicação", dotados de historicidade própria e que, portanto, devem ser vistos para além de um simples objeto da/para a história. Para mais sobre esta perspectiva teórico-metodológica, consultar Bonsanto (2021).

[5] Se *O Mossoroense* acompanhando os movimentos da grande imprensa nacional efetuou uma transformação discursiva saindo de um indisfarçado apoio ao regime militar no início dos anos 1970, para uma defesa aberta a redemocratização do país no final da mesma década, é importante dizer que a elite da política de Mossoró acompanhou a mesma dinâmica. Assim, se por um lado com a consolidação do regime os quadros políticos mossoroense do MDB e da Arena buscavam em suas propagandas eleitorais os símbolos do sistema de valores da ditadura. Por outro, com a consolidação da transição democrática, esses mesmos setores abraçaram os conjuntos enunciativos que encampavam a negação do regime e o apoio a abertura política (Nascimento, 2023). Para Bruno Cirilo, a oligarquia Rosado que dominou quase integralmente o poder executivo da cidade de Mossoró-RN pós o Estado Novo até a segunda década do século XXI (a facção liderou a Arena e o PDS mossoroense durante todo o regime), buscando se valer deste passado pró abertura, tentou construir ao longo das décadas uma equivocada memória onde o grupo político teria resistido contra a ditadura (Cirilo, 2016, p. 78-79). Porém, como lembra Marcílio Falcão, os Rosados faziam parte do núcleo potiguar de apoio ao regime, participando da transição política como agregados do governo de João Figueiredo e demonstrando sua fidelidade "no decorrer das articulações que levaram à candidatura de Paulo Maluf, na eleição indireta de 1985" (Falcão, 2018, p. 213).

enunciado *revolução de 64*. O objetivo é compreender como, por meio de seu conjunto de enunciados, o periódico produzia referências para a dinâmica de reconhecimento social. Assim, pretende-se, de um lado, identificar os contornos que delimitavam o "lado de dentro" do quadro identitário responsável por sustentar o status de legitimidade desse dispositivo. De outro lado, busca-se evidenciar os limites que definiam o "lado de fora", isto é, o campo discursivo marcado por estereótipos, exclusões e sanções dirigidas aos corpos sociais que não se adequavam à maquinaria ideológica da ditadura. Nesse momento, tal maquinaria definia, em grande medida, o que significava ser - ou não ser - um cidadão brasileiro, tendo como síntese de seu funcionamento normativo uma cena formada pelo empilhamento metonímico de imagens genéricas: *terrorista/comunista/cabeludos/hippies*.

É neste modelo que, para Michel Foucault (2014), "a pertença doutrinaria" nos permite analisar e questionar os sujeitos a partir de seus "enunciados", pondo em jogo os "procedimentos de exclusão" e "os mecanismos de rejeição", justamente no momento em que o sujeito que fala põe para circular a heresia de "um ou vários enunciados inassimiláveis". Assim, a doutrina como um "instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação" –, acaba por ligar os indivíduos "a certo tipo enunciação e lhes proíbe, consequentemente, de todos os outros", produzindo a partir da ordem do discurso, um mecanismo normativo de diferenciação e hierarquização dos corpos sociais (2014, p. 40-41).

Desta forma o *discurso* e sua "vontade de verdade", se apresenta como uma "prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição". Este modo de operação exterior forma um "sistema exclusão" (Foucault, 2014, p. 19-20).

Estaríamos assim, também, diante de uma operação de enquadramento normativo implicada na "*economia escriturística*" proposta por Michel de Certeau, que "consiste em fazer os corpos dizerem o código", ou seja, uma tarefa de "maquinar corpos para que soletrem a ordem" (2014, p. 219).

Segundo Certeau (2014), esta maquinaria de colonizar corpos, se insere nos termos da rede relacional de "*poder*" entre discursos, instituições e corpos (sujeitos), compondo uma rede epistêmica que Foucault chamou de *dispositivo*. Nesta lógica, o *dispositivo* ajudaria a discernir sobre a dinâmica de uma rede móvel capilarizada por toda a sociedade, atravessando sujeitos e instituições, os fabricando, e sendo fabricada por eles. Ela autoriza a definir a temporalidade que determina o que está dentro ou fora do campo epistêmico, e de que maneira pode circular dentro dele (Agamben, 2005, p. 9-10). Temos aí nosso arcabouço teórico-metodológico para pensar o *discurso* nas folhas de *O Mossoroense*.

1. AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS QUE CONTIGENCIARAM O DISPOSITIVO DISCURSIVO DA DITADURA CÍVICO-MILITAR BRASILEIRA: *REVALUÇÃO DE 1964*

No Brasil, já era possível observar a circulação dos valores ocidentais modernos antes mesmo da proclamação da República. Apesar do regime republicano ter se conflagrado no país como um golpe militar isolado dos movimentos republicanos civis, para José Murilo de Carvalho (2017) o processo de consolidação do novo regime não poderia ser reduzido a uma questão exclusivamente militar. As raízes da República deveriam ser buscadas de forma mais profunda em condições sociais anteriores, como a Revolução Francesa, já que seria incorreto "desprezar os acontecimentos de 15 de novembro como se fossem um simples acidente" (Carvalho, 2017, p. 36 e 37).

Restrito a circuitos fechados das "elites educadas", os discursos da ideologia das luzes extrapolavam os limites dos setores intelectuais antimonárquicos. Já no final do Império, a força política dos valores modernos teria determinado as condições que conduziram os monarcas brasileiros a discutir questões "que tinham a ver com a formação da nação" e "com a redefinição de cidadania", na busca de "garantir a sobrevivência da unidade política do país" (Carvalho, p. 9, 10, 23 e 24).

A força política dos valores cívicos ocidentais paulatinamente se enraizava nas mais variadas correntes políticas brasileiras. Inclusive, é fundamental destacar que esta força flagelou os remanescentes do fascismo

brasileiro (o integralismo) ao ponto de que estes passassem a enunciar como seus, os valores cívicos e democráticos.

Na volta do exílio em 1946, Plínio Salgado, então líder do Partido de Representação Popular (PRP), ainda era conduzido pelos princípios integralistas do lema "*Deus, pátria e família*"; precisava dar uma guinada em direção aos valores democráticos e se adaptar à nova ordem vigente para que o PRP pudesse ser visto como "um partido de verdadeiros democratas, de patriotas, com livre trânsito na República" (Gonçalves; Neto, 2020, p. 81-83). Segundo Leandro Gonçalves e Caldeira Neto, mesmo que "essa necessidade constante de convencimento sobre a democracia e as mudanças das políticas nacionais" gerassem "instabilidade partidária", a propaganda política do integralismo no pós-guerra era definida como antitotalitária, antiliberal, anticomunista e democrática (2020, p. 89).

Em implicada relação com o fascismo histórico brasileiro, o regime militar de 1964 permitiu que os valores dos "*camisas verdes*" entrassem pela porta da frente na composição de sua ideologia: já que o próprio Plínio Salgado era uma figura notável do partido de sustentação do governo, a ARENA; além dele ter escrito compêndios da doutrina de *Educação Moral e Cívica* da ditadura.

Então não seria por acaso que, segundo Aarão Reis (2014), o golpe instaurado em 1964 "fora consumado em nome dos valores da democracia e da civilização *ocidental cristã*" (2014, p. 52). Assim, o Ato Institucional n. 1, decretado em 9 de abril, enunciava representar um movimento "pela salvação da democracia", autodenominando-se o "*Comando Supremo da Revolução*". Para o autor, ficava claro que o enununciado *revolução* era uma procura de legitimação dos poderes existentes, se valendo de valores, ambições e programas políticos à esquerda e à direita (Aarão Reis, 2014, p. 51-54).

Em um cenário marcado por um país dividido entre aqueles que lutavam contra ou a favor das promessas de reformas sociais propostas pelo então presidente João Goulart, a ditadura cívico-militar brasileira surgia, então, a partir de uma ruptura imposta pelos aparelhos de violência do Estado, e se via obrigada a narrar os acontecimentos de 1964 a partir do significante

"revolução"[6] com o intuito de anexar-se aos valores modernos do *iluminismo*.

Temos aí a realização prática do dispositivo discursivo. Muito longe de ser uma mera abstração desimplicada da realidade, Foucault (2014, p. 10) nos lembra que o discurso não é somente o meio pela qual se narra e traduz as lutas sociais ou seus sistemas de dominação, "mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar". Esta dinâmica discursiva era lugar comum no Brasil no início de 1970, como também no contexto pré-golpe de 1964. Leon Kaminski (2022) lembra que o que unia os diferentes setores golpistas contra João Goulart era o "imaginário anticomunista". Elevado a condição de inimigo comum, o comunismo não precisava designar "um sujeito palpável, visível", ele era instituído no campo político em qualquer "oposição ao sistema, real ou imaginária, passava ser designada, de forma genérica, como 'comunista'" (2022, p. 69-70).

Para Alain Badiou (2012), "a hipótese comunista" se apresentaria "amplamente *negativa*", como uma possibilidade dos sujeitos passarem a acreditar que uma emancipação política do capitalismo seria possível, sendo "mais seguro e mais importante dizer que o mundo tal como ele é não é *necessário*" (2012, p. 39 e 40). Neste sentido, o enunciado *comunismo* funcionaria como uma operação ideológica de projeção do "real político" na estrutura simbólica da história, expondo "uma verdade ativa" das contradições antagônicas da Ordem Capitalista e do real estado das coisas que ela sustenta (2012, p. 141-143).

De certa forma, a utilidade do significante comunismo como um demarcador topológico da tensão política, é possível ser encontrado antes mesmo da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, considerado por muitos a obra que organiza politicamente o seu conceito. Muito antes dos inumeráveis argumentos que estigmatizam e

[6] Se pensarmos a partir de Foucault (2014), a ideia de *revolução* pode ser vista como um enunciado de status elevado dentro da ortodoxia do pensamento *liberal iluminista*. Desta forma, é possível postular no seio do dispositivo epistemológico da *revolução*, a existência de uma oposição "herege" que funciona como um equivalente invertido, que nos implica afirmar que em todo quadro normativo, a Ordem do discurso organiza tanto "o lado de dentro" como "o lado de fora" do *dispositivo*. Assim, em todo *discurso,* a emergência de sua *negação* ou, de certa forma, sua *negatividade*, se faz presente como um ausente excluído que a todo momento atormenta sua Ordem. No caso do enunciado *revolução* como um *discurso*, o significante *golpe* funcionaria como um destes fantasmas a assombrar qualquer movimento político que acreditaria estar dentro de uma dinâmica histórica revolucionária.

justificam a perseguição e a exclusão da ideologia comunista da política, já era possível ser observado nos primeiros parágrafos do mais famoso manifesto político comunista:

> Um fantasma ronda a Europa – o fantasma do comunismo. Todas as potências da velha Europa uniram-se em uma Santa Aliança contra esse fantasma, o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os policiais alemães. Onde está o partido de oposição que não foi acusado de comunista pelos seus opositores no governo? Onde está o partido de oposição que não tivesse devolvido a estigmatizada acusação de comunista tanto contra seus opositores mais progressistas como contra seus adversários reacionários? (Marx; Engels, 2014, p. 105)

Temos aí o significante *comunismo* como um enunciado que circulava socialmente como um "estigma de acusação" e pejoração, demarcando as contradições que já tencionavam as instituições da nova ordem burguesa. É operando em lógica semelhante, que a ideia de *revolução* estaria a todo momento ameaçada pela possibilidade de ser classificada como um *movimento de subversão da ordem constitucional*, sendo alçada à condição inglória e infame de um golpe. Não por acaso, o conceito de *golpe de Estado*, em certos aspectos, se aproxima do conceito de *revolução*:

> [...] em comum, ambos se apresentam como rupturas bruscas da ordem institucional. Além disso, o objetivo dos dois é derrubar um governo e instituir outro, mas enquanto a revolução é uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais, o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares. Normalmente é comum o golpe de Estado ser representado como movimento conservador e a revolução, como progressista (Silva, 2014, p. 174).

É neste sentido que, para Florestan Fernandes (2014), "o uso das palavras sempre remete às relações de dominação, assim, empregar revolução em vez de golpe de Estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade história". Para o autor, o Estado brasileiro inaugurado em 1964 usou do artifício

"com um profundo caráter político" para validar seu projeto no Brasil (Silva, 2014, p. 364). Compactuando com a ideia, Aarão Reis (2014) afirma que seria "inegável que o golpe militar e civil foi empreendido sob bandeiras *defensivas",* não objetivando a construção de *"*um novo regime", apesar disso, os golpistas de 1964 tentaram legitimar a ditadura como uma *revolução* (2014, p. 48-49). Veremos, a partir de agora, como esse quadro enunciativo adquiriu seus contornos próprios nas páginas de *O Mossoroense.*

2. *O MOSSOROENSE* E O QUADRO NORMATIVO DA *REVOLUÇÃO DE 1964:* O LADO DE DENTRO DO DISPOSITIVO

Nos primeiros anos da *quarta fase histórica* de *O Mossoroense* (1970-1973), era exaustivo em suas páginas a emergência do enunciado *revolução* para designar o Estado do regime militar. Eles operavam de forma hegemônica o *dispositivo cívico* e o sentimento pátrio de brasilidade, criando uma atmosfera ideológica que procurava constranger aqueles que queriam teimar e operar uma resistência a esta condição na cidade de Mossoró-RN. Era preferível em muitos casos, operar contradições discursivas, para não negar à ditadura de 1964 a adjetivação de "revolucionária" (Nascimento, 2023, p. 92-102).

Um exemplo disto no periódico é que por várias vezes ele conceitua como "ditador" personagens políticos como Juan Domingo Peron, Fidel Castro, Getúlio Vargas; ao mesmo tempo ignorava a aplicação deste sentido ao general Médici, o governante que mais utilizou a força de exceção do Estado ditatorial brasileiro. É neste sentido que o cronista de *O Mossoroense*, Rafael Negreiros (1970, p. 4)[7], classificava a *Revolução Russa de 1917* como "um habilíssimo golpe de mão". Nesta crônica, o autor opera o conceito de esquerda, socialismo, comunismo, terrorista e sequestradores, para designar um forte vínculo entre elas: a condição de *subversivos* aos valores da *revolução de 64*.

[7] De todos os cronistas de *O Mossoroense,* em sua quarta fase histórica, Rafael Negreiros é o que tem a posição política mais alinhada com o imaginário simbólico da ditadura brasileira. Entusiasta da cultura estadunidense, era classificado por seu colega, Lauro Filho, de "americanista". Dentro de uma certa régua política, entre os três cronistas mais assíduos no jornal, Negreiros seria o que mais estaria ligado à direita do espectro político. Cientes das limitações deste artigo, não vamos nos ater aqui nos embates político-partidários da conjuntura local. Para mais, consultar Autor (Nascimento, 2023, p. 92-102).

Para que não nos apressemos no diagnostico, temos que entender que o mundo polarizado entre capitalismo e comunismo dentro do contexto da *Guerra Fria* deixava a realidade muito mais complexa e turva. O macrocosmo deste contexto internacional polarizado se diluía no cotidiano dentro de uma lógica quase paranoica, as micro-ações e as micro-enunciações pareciam quase sempre conectadas a essa atmosfera antagônica da Ordem capitalista buscando a todo instante excluir seu equivalente invertido, sua *negação*: o comunismo.

Era comum no *O Mossoroense* a conceituação maniqueísta de classificar, sem grandes hesitações, a ideia de "liberdade" vinculada ao bloco Capitalista, entendido como herdeiro direto dos valores do mundo Ocidental cristão. Enquanto isso, o bloco Comunista seria descrito como lugares onde ficavam as "ditaduras socialistas" e os "comunistas" que praticavam "atentados diários em todas as partes do mundo contra as liberdades humanas" (Negreiros, 1972a, p. 3). Assim, os inimigos do bloco Capitalista eram classificados em sentido oposto aos princípios do *dispositivo cívico* do capitalismo nacional. Eles representavam a ameaça à *liberdade liberal*, ou a qualquer coisa que isso pudesse significar.

São nesses moldes que Negreiros descreve Castelo Branco como "um grande estadista" e a ditadura militar como um "governo revolucionário" (1971c, p. 3). Neste caso, como um transbordamento afirmativo da identidade do regime, o cronista definia seus inimigos como aventureiros e golpistas, e segue:

> [...] num país atormentado pelos golpes fáceis, pela fúria de enriquecer depressa, pelos golpes contra golpes que faziam do Brasil, até 1964, uma nação inquieta e indócil, onde os aventureiros avançavam o sinal com uma desenvoltura de pasmar. [...] Cassou e foi impiedoso no cortar, no ato sumário de alijar da vida pública muitos homens que tinham popularidade; isso pouco lhe importava e tanto baniu Jânio como Jango, Juscelino como Brizola, que ali no governo ele tinha que ser impessoal, distante, atendendo a imposições do governo revolucionário (Negreiros, 1971c, p. 3).

Temos aí o *dispositivo cívico* referenciado e organizado pela *revolução de 64*. Se opor a esta "verdade" era ser alçado a traidor desse desejo cívico e

patriótico representado pelos militares e suas gerências autoritárias no comando do Estado brasileiro. Ou, mais especificamente, como o "vizinho, arenista e patriota" do cronista Jaime Dantas (1972e, p. 3)[8], que definia os oposicionistas do regime militar como "reacionários", "inconformistas" e "maus patriotas", e que sonhavam em "parar-lhe o progresso".

Com isso, *os inimigos da ditadura* seriam rapidamente classificados como *inimigos do Brasil*. Ou seja, além dos inimigos mais notórios do regime militar como Getúlio Vargas, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Lionel Brizola; ou aqueles "brasileiros espúrios, que se aliaram a grupos terroristas e foram banidos do país", forjando na "América do Sul" e "na Europa uma terrível campanha contra o Brasil" (Negreiros, 1971g, p. 5); ou aqueles "regimes comunizante" como o de Salvador Allende no Chile, que recebiam os exilados brasileiros que faziam "exposição de cartazes de supostas torturas, como se a gente vivêssemos num regime soviético, ou cubano, em que qualquer perturbação da ordem levasse ao fuzilamento sumário e simples" (NEGREIROS, 1971g, p. 5); entravam no rol dos inimigos do Brasil, todos os sujeitos e coisas que se opusessem aos sistemas de valores da ditadura.

Assim, até mesmo se esses sujeitos reivindicassem à sua maneira os valores que compunham a base simbólica da *civilização ocidental cristã capitalista*, seriam expulsos do *paraíso dos revolucionários de 64,* caso se opusessem ao regime cívico-militar brasileiro. Um bom exemplo deste tipo de funcionamento ideológico pode ser visto nas crônicas de Negreiros. Diante das denúncias da imprensa alemã e francesa contra o autoritarismo em funcionamento no Brasil, o cronista rebatia:

> Mas, com tudo isso, é bom que o brasileiro saiba que Alemanha, França e outros países não têem a menor autoridade moral em dizer que nem sequer somos feios, porque lhes falta o lastro indispensável. Evidentemente não adianta bater boca com os alienados e banidos, especialmente quando eles são terroristas confessos: vale a pena lamentar que países ditos civilizados acolham mentiras desse tipo com a

[8] Jaime Hipólito Dantas era o maior responsável do jornal *O Mossoroense* para cobrir e comentar notícias sobre o cotidiano da cidade. Seus comentários sobre a conjuntura nacional eram sempre mais discretos, mas, vez por outra, quando as escrevia, deixava claro seu apoio ao regime e ao governo de Médici. Apoio que perduraria até 1979, quando começa a realizar fortes críticas ao governo.

> maior tranquilidade (Negreiros, 1971g, p. 5).

Continuando a crítica, o jornalista chegou a afirmar que estes opositores do regime militar não teriam “autoridade moral”, e “que países como Alemanha, que gerou Hitler, Streicher, Hesse e outros”, não deveriam se dar “ao desplante de falar do governo brasileiro” (Negreiros, 1971g, p. 5). E, por isso:

> Os alemães que deviam estar numa argola de ferro no pescoço, para pagar os crimes que cometeram contra humanidade, se arrogam de montar foto-montagens e estampar notícias absurdas, dizendo que aqui no Brasil a inquietação e o medo rondam todos os lares. Ora, o alemão, o povo alemão, foi cumplice consciente da maior mortandade que a História Universal registra (Negreiros, 1971a, p. 3).

Negreiro não parava por aí, além dos alemães e franceses, a Itália, de acordo com o cronista, “também teve seu palhaço mor, o triste Mussolini, que acabou pendurado num poste de cabeça para baixo. Daqui a pouco a Itália ira nos pedir conta dos presos políticos”, logo ela que teria feito “do fascismo sua religião diária” (Negreiros, 1971a, p. 3). Então, faltava

> [...] ao governo do Brasil apenas agilidade bastante para responder, ponto por ponto, as mentiras que são assacadas. Dirão que isso nada produzirá, mas é sempre bom lembrar os alemães que eles idolatraram Hitler, aos franceses que eles colaboraram com os invasores de seu próprio país e que foram criminosos na Indochina, aos italianos, sobre Mussolini e porque não os ingleses, que foram os inventores dos campos de concentração, de morte por atacado, de crimes de toda espécie, na Índia, na China, dezenas de outras colônias que ocuparam durante decênios. Enumerar tudo seria infindável. Mas seria proveitoso. Ao menos refrescaria a memória dos libertários de hoje (Negreiros, 1971a, p. 3).

É diante das arguições de defesa contra essas acusações da imprensa internacional que Negreiros reitera e justifica a necessidade de classificar os acontecimentos de 1964 como “revolucionários”. Implicado amante dos valores ocidentais liberais referenciadas no nacionalismo estadunidense, Negreiros, era adjetivado por seu colega de jornal Lauro Escóssia Filho, como “americanista” (Escóssia Filho, 1971b, p. 3). Apesar disso, esse grande vínculo afetivo e identificatório era abalado quando entravam em choque com o sistema de valores da *revolução de 64*. Em casos como este, o cronista

operava um discurso excludente aos EUA e a "*civilização ocidental cristã*":

> A imprensa americana é uma gracinha: falam na "ditadura" brasileira com uma desenvoltura que leva todos a pensar que estamos num regime de terror, de violências terríveis, em que os lares são invadidos diariamente, em que ninguém vale coisa alguma. Mas se esquecem dos crimes raciais, praticados nos EE.UU., da **odiosa** discriminação entre pretos e brancos, entre ricos e pobres, entre os filhos dos senadores e deputados que não vão ao Vietnam e os "outros", a maioria silenciosa que não pia, que não pode dizer coisa alguma.
>
> Esta balela de civilização ocidental e cristã, pregada pelos defensores do status, é uma fraude. Estamos todos nós num mundo empobrecidos pelos ódios, dividido de cima para baixo por convenções as mais ridículas: de um lado o capitalismo com seu rosário interminável de crimes, miséria e injustiças; do outro, os chamados regimes socialistas, em que ninguém pode dizer coisa alguma, em que o Estado é senhor soberano – é também cruel e odiento... (Negreiros, 1971b, p. 3)

Podemos ver, mais uma vez, a síntese da ideologia do regime militar brasileiro fixada nos enunciados do *dispositivo cívico* organizados pelo significante *revolução de 64*. Nesses termos, o nacionalismo comum aos cidadãos brasileiros deveria ir além da defesa dos valores da *civilização ocidental-cristã* e capitalista. Era também um dever deste civismo odiar tudo e todos que *subvertessem* ou ameaçassem *subverter* esta Ordem social representada pelo "movimento que modificou os destinos do país" (O Mossoroense. 31 mar. 1971, p. 3): a *revolução de 64*.

Apresentando nos moldes de um discurso higienista na busca de garantir a segurança da saúde sanitária da família e da pátria brasileira sanando-as das doenças contagiosas, se transformava na prática em uma desculpa para combater o "comunismo" e o "materialismo dialético da filosofia marxista" (O Mossoroense. 03 jun. 1972, p. 1), com o intuito eliminar os males daqueles que *não amavam a nação* e que *ameaçavam a segurança nacional*: os destruidores da família, os não patriotas, em síntese, os inimigos públicos a serem combatidos: os *subversivos*.

E é contra esta tensão de um inimigo onipresente, produzindo um perigo constante, que aqueles que estavam implicados à identidade da *revolução de 64* lutavam. Um risco real, conclui Negreiros, que teria levado o "operário de

uma salitreira" a promover "um verdadeiro show, quebrando móveis e rasgando os quadros desprimorosos ao governo brasileiro: era um patriota que se sentiu revoltado ante a monstruosidade das mentiras dos exilados, que se aproveitam do falso clima de liberdade chileno para impingir aleivosias" (Negreiros, 1971f, p. 5).

3. FORÇA EXCLUDENTE DA *REVOLUÇÃO DE 64*: O LADO DE FORA DO DISPOSITIVO CÍVICO EM SUA DIMENSÃO MACROPOLÍTICA

O significante "Revolução de 64" parecia organizar àquele momento o conjunto de enunciados que estabeleciam as condições de hegemonia do dispositivo social de pertencimento. Ao mesmo tempo, era ele que também definia as condições de possibilidade para a emergência de posições desviantes. Desse processo resultava uma cadeia de significantes que fazia circularem enunciados dotados de sentidos *subversivos* em relação ao campo discursivo em questão. Nas folhas de *O Mossoroense* no início dos anos 1970, um dos enunciados que ajudavam a demarcar os limites excludente dentro da dimensão da macropolítica nacional[9] conduzida pela ditadura, era a noção de *terrorismo*.

Em um sentido genérico e sintetizador, olhando para estrutura discursiva do periódico neste momento, o *terrorismo* significaria um tipo de ação política que representaria o cúmulo da tensão social que punha em risco o *status-quo* do regime. Era em nome dela que se justificaria os piores crimes executados pelos aparelhos de repressão do Estado brasileiro. Na prática, a historicidade

[9] Estamos classificando esse conjunto de imagens dentro de um enquadro "macropolítico", por estarmos falando de estereótipos que tentavam representar uma totalidade abstrata "dos grandes conjuntos molares" do campo cívico nacional. A enunciação dessas imagens condicionaria a posição do enunciador e dos limites do que deveriam estar dentro ou fora do campo, ou seja, da possibilidade de classificar quem era ou não "brasileiro" ou, o que poderia ou não ser falado. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, estas "grandes máquinas sociais – o econômico, o político etc. –" dos grandes conjuntos estatísticos conscientes e pré-conscientes é "onde se supõe conter o segredo da libido: e com isso permanece no quadro da representação". Para os autores, apesar da dimensão molecular (micropolítica) vinculada ao inconsciente ultrapassar os grandes conjuntos, ela nunca existe independe "dos conjuntos molares históricos, das formações sociais macroscópicas que elas constituem estatisticamente. É neste sentido que há tão somente o desejo e o social" (2011, p. 242-243). Tomadas como dois tipos diferentes de direção, a "direção molar" de dinâmica paranoica "voltada para os grandes números e para os fenômenos da multidão, e a direção molecular, que, ao contrário, embrenha-se nas singularidades que já não obedecem às leis das grandes estatísticas" (2011, p. 369-370), esta produziria o novo "*socius*" a partir de linhas de fugas esquizofrênicas, em um processo de inscrição de novas "formações moleculares de desejo que devem sujeitar a si o novo conjunto molar" (Deleuze; Guattari, 2011, p. 499).

do conceito implica outras definições e singularidades.[10]

A ação de terrorismo tipo “revolucionário”, deveria definir uma “ação armada contra civis”, ou seja, uma “violência usada para fins políticos, não contra as forças repressivas de um Estado, mas contra seus cidadãos” (Silva, 2014, p. 397). As contradições sensacionalistas entre conceito e sua aplicação a práticas sociais que passavam longe de uma ação armada contra civis, não eram exclusivas da mídia mossoroense. Revela uma prática que rondava a imprensa nacional e internacional na visualização do “terrorismo” mundial[11], na busca de “justificar a legalidade e a necessidade de ações antiterroristas que, muitas vezes”, levavam “adiante banhos sangue e violação aos direitos humanos que atingem mais a população civil do que os próprios terroristas” (Silva, 2014, p. 398).

Uma ilustração deste tipo de enquadramento no *O Mossoroense,* pode ser vista na reportagem do sequestro do General Pedro Aramburu (ex-ditador argentino) e do gerente da fábrica da FIAT na Argentina:

> Trata-se de um ato condenável sob todos os aspectos e que vem provar, largamente que não pode existir abertura democrática ou novas franquias liberais, uma vez que o terrorismo se alimenta exatamente do assalto a bancos, do sequestro de pessoas e do povo generalizado (Negreiros, 1972b, p. 3).

Sob o pretexto do “combate ao terrorismo” e responsabilização dos sequestradores por toda repressão exercida pelo Estado à sociedade brasileira, Negreiros define a ação como: “tenebroso, anti-democrático, cruel, perturba a ordem pública e obriga o governo a tomar providências que de qualquer forma ferem o sagrado direito de ir e vir” do cidadão comum (Negreiros, 1971e, p. 5). O “terror” estaria, assim, atingindo “indivíduos

[10] Alguns tipos de classificação do conceito de terrorismo: “Terrorismo revolucionário; terrorismo nacionalista; terrorismo de Estado; terrorismo de organizações criminosas. O terrorismo de cunho revolucionário”. Este último, seria definido pelos “grupos que pregam o uso da ação terrorista como ferramenta para instalação de uma revolução. Já o terrorismo nacionalista é aquele praticado por grupos que pretendem fundar um Estado-nação com a separação de uma região de um Estado preexistente, (...). O terrorismo de Estado, por sua vez, como próprio nome já diz, é aquele praticado pelos Estados nacionais, (...). Por fim, o terrorismo criminoso se refere a grupos criminosos, como a Máfia, a Camorra, o Cartel de Medellín, entre outros” (Silva, 2014. p. 397).

[11] Para uma análise mais detalhada sobre como a grande imprensa nacional enquadrou o conceito de “terrorismo” em suas coberturas durante o período, consultar Silva (2014).

pacatos, sem a menor cotação política são raptados brutalmente, assassinados da forma mais impiedosa por desordeiros que se intitulam libertadores de honra nacional, como se esta vivesse de mortes e roubos", agindo "sempre com uma uniformidade monótona, que em nada os credenciavam" (Negreiros, 1971e, p. 5).

É justamente sobre o alerta dos perigos do "terrorismo" que se pautava a manchete que celebrava o retorno do jornal *O Mossoroense* no dia 20 de dezembro de 1970. Assim, dos dez temas de reportagens que preenchiam a primeira página, cinco estariam ligadas às tensões do mundo polarizado da *Guerra Fria*. Sendo que oito dessas reportagens seriam destinadas ao contexto nacional e internacional, e somente duas se referiam diretamente ao contexto municipal e estadual. Com letras garrafais, a manchete que dava título à notícia local, era um híbrido entre a notícia mais provincial, mas com o peso da atmosfera macropolítica da *Guerra Fria* e da ditadura brasileira: "Terrorismo em Mossoró" (O Mossoroense. 20 dez. 1970, p. 1).

A reportagem revela, no entanto, uma descompensada relação entre título e o conteúdo da matéria. Ou seja, por se tratar de uma importante edição, a manchete de abertura da *quarta fase histórica* do *O Mossoroense*, exigiria um conteúdo factual que sustentasse a tão pomposa manchete. Abordado em poucas linhas, o acontecimento se referia ao aparecimento de um bilhete na Kombi do gerente do Banco do Brasil de Mossoró. De acordo com a matéria, o bilhete continha uma ameaça de sequestro do gerente bancário Francisco Rodrigues e do vigário da catedral de Mossoró, Mons. Humberto Bruening, caso não fosse efetuado certa quantia em dinheiro no portão do Estádio Leonardo Nogueira.

A própria reportagem põe em cheque a seriedade do achado, descrevendo o bilhete como "mal escrito", e que "o macabro achado, conquanto tendo parecido de início como sendo obra de sutil brincadeira", só teria tomado "foros de verdadeiro" por uma vaga "associação dessa ameaça de sequestro, face ao assunto notório de tanta evidencia nos jornais e rádios, de sequestro, raptos, assassinatos, exigências de determinadas importâncias", que estariam ocorrendo no Brasil e no mundo. Assim, um achado que no máximo se enquadraria em um *terrorismo criminoso*, passava a respirar o

medo atmosférico do *terrorismo revolucionário* da Guerra Fria. Na prática discursiva, teríamos aí uma definição de *terrorismo* como uma ação política das *esquerdas.* Como demostra Negreiros, o terrorismo era então produto dessa

> [...] espúria causa de libertação que nunca teve origem honesta e seus seguidores geralmente são marginais sem escrúpulos que pensam estar imitando o período pré revolucionário da Rússia, onde a norma era o assalto a bancos (para custeio dos bolcheviques) e a posterior aplicação desses recursos em causas que se diziam populares (Negreiros, 1971e, p. 5).

Assim, o cronista acreditava que os seguidores da *Revolução de 1917* estariam de forma criminosa praticando atentados contra os "direitos humanos" e as "liberdades individuais" dos cidadãos comuns: em "uma poluição que invade os continentes, que obriga a medidas imediatas de repressão, porque os esquerdeiros[12] querem sempre tumultuar, à custa de qualquer sacrifício coletivo – do sacrifício dos outros..." (Negreiros, 1971e, p. 5). Diante deste quadro, "os esquerdistas brasileiros" bastaram ver "alguns imbecis pelo mundo a fora sequestrarem alguns aviões para que eles iniciarem a ondas de sequestro no território nacional, tentando forjar um clima de tensão nacional" (Negreiros, 1970, p. 4).

Então, Negreiros acreditava que a "revolução de 64" teria sido um balde de água fria em cima das esquerdas brasileiras. Estas, adjetivadas por ele de "burras", "pretensiosas" e "de ideologia vazia". Assim o autor afirma não saber o que teria ocorrido, caso Mourão Filho não tivesse "desbaratado, em uma jogada só, o brizolismo, o arraismo, o janguismo, a pelegada sôfrega e insofrida que estava transformando o Brasil numa imensa Babel", levando o país para "uma ditadura sindical" (Negreiros, 1972f, p. 3).

Entendia então o cronista, que os sujeitos que davam suas vidas por um governo socialista, pregando "liberdade na terra dos outros", mas assistindo "impávidos e com a mais perfeita cara de pau, os atentados diários que os comunistas em todas as partes do mundo praticam contra as liberdades humanas", teriam perdido "a oportunidade, porque o socialismo prostitui-se

[12] Para Negreiros, existia dois grupos de esquerda, os "esquerdistas" e "esquerdeiros". Definindo o primeiro como autênticos e racionais, conscientes dos processos históricos; e os *esquerdeiros* seriam "esses mequetrefes que vivem tentando sequestrar embaixadores e aviões", e que não possuem "conteúdos intelectuais" (Negreiros,1970, p. 4).

com os raptos roubos e assaltos" (Negreiros, 1970, p. 4), sonhado assim "com uma revolução mundial que lhes" dariam "o poder, quando então", só produziriam "um verdadeiro banho de sangue" (Negreiros, 1972a, p. 3).

Claramente tomando o *dispositivo cívico* da *revolução de 64* como referência da identidade nacional, Negreiros estava entre os que preferiam operar uma contradição discursiva a negar esta estrutura imaginária e simbólica. Em uma de suas crônicas publicada em 1971, diante de uma ação de sequestro de avião utilizando passageiros civis como reféns em troca de uma quantia em dinheiro, para logo depois fugir de paraquedas, classificava este episódio ocorrido nos Estados Unidos como: "pioneiro", "sensacional" e "genial".

> Vamos concordar que o americano, de modo geral, tem sido pioneiro em tudo neste mundo: agora mesmo um sequestrou um avião mandou que descesse no próximo aeroporto, recebeu duzentos mil dólares em dinheiro vivo e SALTOU DE PARAQUEDAS, sendo infrutíferos os esforços do FBI americano, para descobri-lo. Nem Jeam Louis Trintignant, em "Um homem como poucos" de Claude Lellouch, conseguiu um feito tão sensacional. Até agora a polícia americana está no ar, sem saber o que fazer com assaltante tão genial (Negreiros, 1971j, p. 3).

Em tom elogioso ao sequestrador estadunidense, o cronista não faz qualquer menção à noção de *terror*, ou qualquer outra palavra que possa ser derivada dela. Cinco messes depois, em maio de 1972, o mesmo Rafael Negreiros descreve e adjetiva de forma oposta uma outra ação de sequestro de avião, seguido da troca de dinheiro pelas vidas dos passageiros, para logo em seguida realizar uma fuga de paraquedas. Sem fazer nenhum elogio ao criminoso e sua ação, o cronista classifica o ato como *terrorista*, e descreve:

> Os terroristas não param um só instante; agora inventaram de sequestrar aviões, exigindo vultosíssimos resgates, obrigando as companhias de aviação a lhes fornecer paraquedas, onde pulam em pleno vôo, com duzentos ou trezentos mil dólares, o que já é uma grande quantia. Quando um deles é preso ou morto, alguns jornalistas chamados de cristãos e universalistas começam a chorar nos jornais, mas nunca se lembram das centenas de passageiros que estiveram em risco de vida, nem dos prejuízos materiais e da falta de segurança que tais atos de terror provocam.

> Daqui a pouco a conferencia Nacional de dos Bispos irá lançar a caricatura de algum terrorista de gravata, dizendo que se trata de um poder ecumênico, da força viva da imaginação dos jovens, protegida pelo anseio libertário da mocidade que procura as novas formas de contestação. Isso tudo não passa de uma badalação boba e ridícula que não tem nenhum sentido, mas existe muito catolicão por aí a forma mais desumana, mais cruel e mais covarde que existe para intimidação política (Negreiros, 1972d, p. 3).

Diante de uma evidente contradição discursiva, o jornalista conseguia então representar práticas quase simétricas, com conceitos antagônicos. Ou seja, na primeira crônica, em dezembro de 1971, temos uma ação de *Terrorismo criminoso*, com a finalidade de enriquecimento próprio do criminoso classificada como "genial". Já na segunda crônica, em maio 1972, temos uma ação de *Terrorismo Revolucionário*, visto que o ato político e criminoso do sequestrador objetivava a instalação de uma revolução social que, no mínimo, seria uma ação mais generosa se comparado ao objetivo de enriquecimento individual da primeira. Apesar disto, apenas a segunda notícia é enquadrada como uma ação de terror.

Assim, nos três primeiros anos da *quarta fase histórica* do *O Mossoroense,* as práticas sociais que facilmente poderiam ser classificadas como "terroristas", estavam discursivamente ligadas aos grupos de esquerda. A aplicação do conceito em outros casos era negligenciada pela linha editorial. Como é o caso da reportagem que noticiava o atentado com "bomba de alto teor de explosivos", que teria destruído parte de uma torre de telecomunicação na capital chilena durante a visita de Fidel Castro ao governo de Salvador Allende, no ano de 1971. O atentado realizado em protesto à visita, foi noticiado pelo periódico com o título: "Bomba no Chile destruiu parte das telecomunicações" (O Mossoroense. 13 nov. 1971, p. 1). Ou seja, não há menção à ideia de *terrorismo*.

Desta forma, nas folhas do periódico mossoroense, entre 1970-1973, seus discursos eram operados sem trair um só instante a estrutura ideológica da *revolução de 64*, apresentando o enunciado de *terrorismo* como uma prática de *negação* e *subversão* ao sistema de valores da ditadura brasileira. Dentro desta Ordem discursiva, o "ato terrorista" só produziria sentido se fosse classificada como uma prática política do espectro esquerdista/comunista – ou,

mais especificamente, como definiu Negreiros, do espectro “esquerdeiro”.

4. FORÇA EXCLUDENTE DA *REVOLUÇÃO DE 64*: O LADO DE FORA DO DISPOSITÍVO CÍVICO EM SUA DIMENSÃO MICROPOLÍTICA

> [...] o governo deveria instituir uma cadeira nas escolas, para o ensino do comunismo. Disse o prelado acreditar que, com o ensino da doutrina comunista e com explicações sobre as suas desvantagens, a criança brasileira poderá despertar muito cedo para o problema e repudiá-lo (O Mossoroense. 16 mar. 1971, p. 1).

Esta citação revela as preocupações políticas do Cardeal Dom Vicente Scherer, a respeito dos jovens brasileiros e do “futuro da nação” diante da *subversão comunista*. É dentro desta lógica que o *dispositivo cívico* ordenado pela *revolução de 64*, além de expulsar as *subversões* representadas pelos grandes conjuntos ideológicos molares, tendo como ícone as ações *terroristas* forçadamente *comunistas*, também demonstrava sua força excludente na dimensão molecular do cotidiano: cerceando a potencialidade plástica e singular da juventude. Ou seja, além das abstrações genéricas e distorcidas da macropolítica referenciada pelo dispositivo do regime militar, realizando um movimento de *zoom* em direção à micropolítica (Deleuze; Guattari, 2011), existia a tentativa de enquadrar e sancionar toda as formas de vida que não adequavam suas práticas e seus corpos ao imaginário da ditadura.

Dentro desta dimensão microscópica, a “moda do terror”, segundo Jaime Dantas, estaria atingindo “justamente os jovens, cheios de vida, herdeiros da chamada sociedade de consumo, abastados, os que mais se comprazem com a bossa”. E assim o mundo daqueles dias estaria “repleto desses idealistas, que talvez estejam certinhos de estarem escrevendo magnífica página histórica” (Dantas, 1972c, p. 3). Já Rafael Negreiros, descrevendo o estereótipo de práticas *subversivas* classificadas comumente como terroristas, definia então a mocidade como “inteiramente incompetente e irresponsável”:

> Tais comentários são muito a propósito quando Dom Helder[13],

[13] Dom Hélder Pessoa Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife, grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. Pregava uma Igreja

> revirando os olhos e se esfregando no crucifixo, que ele abomina, fala nos admiráveis jovens que fazem a guerrilha urbana (imaginem só???) e o mestre Tristão de Athaide num escorrego lamentável, vem chorar a morte do padre guerrilheiro (e moço!!!) Camilo Torres. Muitos desses moços procuram admirar o Fidel, lá em Cuba, mas depois que o ditador cubano inventou de mandar os intelectuais cortarem cana, eles se apavoraram. Pois como disse um humorista carioca, eles gostam de beber cana, nunca de cortar a dita cuja (Negreiros, 1971d, p. 3).

Além de corriqueiramente vincular os jovens e sua posição contestadora a enunciados de guerrilhas, sequestros, assaltos e terrorismos, vez por outra, tanto Negreiro como Dantas, pejorativamente classificavam a energia inovadora da juventude no diminutivo, utilizando o sufixo “inho”. Assim,

> [...] alguns supostos avançadinhos, pretende que tudo seja feita na base da sem-vergonhice pura e simples, faltando imaginação aos seus dirigentes para evitar que Igreja caísse no irremediável e cada templo seja um cabaret, onde o requebrado, a maconha, o LSD e outras drogas irão também dar a prova de que são moderninhos e prafrentex (Negreiros, 1972c, p. 3).

Neste sentido, o ímpeto da inexperiência dos “moços” era uma característica vinculada a uma condição de maior suscetibilidade à *subversão* das ideologias “moderninhas” e “prafrentex”, estas, implicadas ao espectro *esquerdista* dentro do imaginário da *revolução de 64*. Para Negreiros um fato tinha que ser registrado:

> [...] é que a atual moda dos jovens se baseia na sujeira, no odor nauseabundo, calças farwest mergulhada em cloro, para ficar tida manchada, numa imitação servil e repugnantes aos cabeludos americanos; pois o certo é que toda essa porcaria de mocidade jovem, suja e com cabelos femininos, é importada, não tem nada de autêntico, não tem nada de brasileiro (Negreiros, 1971d, p. 3).

Assim “geralmente tais movimentos de protestos são feitos por marginais ou cabeludos ou desocupados, que às vezes desejam uma nova sociedade, mas procuram o caminho errado”. E entrando no “caminho da contestação que termina nos entorpecentes e no álcool” (Negreiros,1972e, p. 3). Então, para o cronista, “infelizmente”, existia assim uma “sociedade

voltada para os pobres e a não-violência, recebendo diversos prêmios nacionais e internacionais, com quatro indicações para o Prêmio Nobel da Paz.

moderna”:

> Por causa disso os elogios mais rasgados são feitos aos moços, a uma mocidade cabeluda e fedorenta e sovacuda, que muitas vezes não respeita os mais elementares princípios de higiene, para ser prafrentex, como se o futuro estivesse em cabelos compridos, muita sujeira e a estranha unanimidade dos cabelos compridos e mal cheirosos; querendo ser originais os hippies são todos iguais, todos sujos, exoftálmicos, quase sempre puxando uma maconhazinha, com um fedor insuportável. A originalidade se perde na falta de compostura, na barba mal nascida e mal cuidada, na completa vagabundagem que norma e padrão, embora gostem de comer bem, desde que não trabalhem para isso (Negreiros, 1971d, p. 3).

Dentro deste enquadramento dos jovens “prafrentex”, seus estereótipos teriam cabelos e barbas longas, características corriqueiramente associadas aos *hippies* e aos guerrilheiros comunistas. Ou melhor, sob as vastas cabeleiras poder-se-ia encontrar “sob o disfarce de hippies alguma condição de guerrilheiro” (O Mossoroense. 06 nov. 1971, p. 1). Indiretamente, aqui, as contradições produzidas pelas singularidades das novas formas de vida da juventude hippie, representado pelas vastas cabeleiras, apressadamente seria classificado com umas das várias imagens do “comunista”: a condição de guerrilheiro.

Não custa lembrar que, diante do atrofiamento da imaginação do consumidor da cultura de massas, denominado por Adorno (1985) de “indústria cultural”, o medo que levava a excluir o “novo”, fazia a “máquina gira sem sair do lugar”, desta forma, “o menor acréscimo ao inventário cultural”, seria conduzido a representar “um risco excessivo” (1985, p. 111). Com isso, não seria de se estranhar que as novas formas de vida, com seus “longos cabelos”, representassem, a princípio, alguma forma de risco ou *subversão* ao *status-quo* da ordem social dentro do capitalismo. Menos estranho ainda, seria que elas de alguma forma fossem associadas ao *comunismo*.

Porém, a desconfiança sob o uso dos cabelos longos não recaia somente a estes grupos. Na classificação de “cabeludos histéricos” de Negreiros, entravam os homossexuais. Em uma das mais variadas críticas que o autor realizava ao mundo ocidental como estratégia discursiva para defender

o regime militar, ele ajudou a posicionar a prática homossexual a ideias pejorativas que delimitava o poder excludente do *dispositivo cívico* naquele momento. Tecendo uma forte crítica aos alemães ele dizia:

> Afundaram navios, praticaram genocídio, invadiram nações neutras como a Dinamarca e a Noruega, mentiram, roubaram em larga escala, praticaram o homossexualismo em escala nunca antes vista no mundo, depredaram e hoje usam seus jornais e rádios para dizerem que no Brasil existem torturas, esquecidos que Hitler morreu em 1945, nos escombros da Chancelaria do Terceiro Reich, que iria durar 1000 anos (Negreiros, 1971a, p. 3).

É interessante perceber, nesta narrativa contra-factual do jornalista, que o nazismo de longe não representava um regime político e discursivo que teria em sua estrutura epistêmica a homoafetividade como arquétipo de sua identidade. Ao contrário, era um regime que sancionava esta forma de vida. Porém, como também a identidade homossexual estava excluída do *dispositivo cívico* referenciado pelo regime militar, o cronista se utilizava de sua condição pejorativa para operar uma contradição histórica, a fim de sustentar sua narrativa crítica aos alemães.

Esses personagens que constituíam formas de vida homoafetiva, ao participarem de programas televisivos dominicais, estariam criando, na visão de Negreiros, uma "nova religião": "a que Marcuse[14] tão bem aludiu quando falou em massificação do povo". Já em "outro programa rival, do Chacrinha, outro desmunhecado, Clodovil, também ditava suas ordens e fazia sua doutrinação psicológica". Para Negreiros, a programação da televisão brasileira ficava "entre o cravo e a ferradura, com dois típicos assexuados dando as cartas" (Negreiros, 1972c, p. 3). Em outra crônica, ele classifica como "certíssima" a providência do governo federal de proibir:

> [...] a aparição de Denner, Clodovil, Clovis Bornay e outros desmunhecados na televisão se a mesma coisa pudesse acontecer nos jornais e revistas, que alivio não teríamos em não ler mais o Ibrahim Sued, o Carlos Dunsdes de Abrantes, o Josué Montello, o Odilio Costa Filho (vaca atolada, no dizer de

[14] Medeiros está se referindo a Herbert Marcuse, filósofo alemão pertencente à Escola de Frankfurt, que à época também fora um dos principais alvos da propaganda anticomunista, acusado constantemente de praticar o "marxismo cultural".

> Assis Chateaubriand) e outros chamados colunistas que são simplesmente intoleráveis, monótonos, enfadonhos, cansativos, sonolentos, que não tem nenhuma mensagem a dizer e ficam naquela conversa fiada para encher o espaço do jornal, como se o tempo pudesse ser perdido de forma tão inglória e triste (Negreiros, 1972g, p. 3).

Dentro deste mesmo tema, Jaime Dantas, ao comentar a visão dos jornais do país sobre o costureiro Denner Pamplona, diz: “um cronista taxa-o de enxuto, ora outro o acusa de corruptor da mocidade, podendo outro mais enquadra-lo simplesmente como destruidor dos símbolos do machismo brasileiro”. Para exemplificar este quadro de perseguição às práticas homoafetivas na programação televisiva, o cronista cita um destemido “defensor das tradições e da moralidade da família brasileira, no interior de Minas Gerais”, que “defende a necessidade do banimento” da presença de Dener “na televisão...” (Dantas, 1972a, p. 3).

Saindo em defesa do costureiro, Dantas traz outra imagem implicada à mocidade “prafrentex”: afinal, “quem inventou a cabeleira de mulher para homem, além da moda unissex, calças justas nas nádegas, boca de sino, foi o Denner?” (Dantas, 1972b, p. 3). Desta forma, existia uma “moda unissex” associada aos jovens “avançadinhos” e também aos *hippies*. E, de quebra, também as mulheres que usufruíam dos espólios da revolução sexual produzida por *Maio de 68*[15] e seus desdobramentos, incomodava Negreiros. A liberdade sexual feminina nos “divórcios”, “re-casamentos”, entre outras, estariam assim anexadas e associadas às ideias e ações *subversivas* da “sociedade moderna”. Assim, “em matéria de sexo o mundo” estaria “vendo tudo: sexo grupal, indivíduos hetero-sexuais[16], bi-sexuais, uma confusão dos diabos que ninguém está entendendo” (Negreiros, 1972i, p. 3).

Já se tratando dos aspectos civilizatórios dos estudos universitários,

[15] *Maio de 68* foi um processo emancipatório que causou uma crise de representação generalizada na França e no Ocidente, possibilitou a inscrição de um novo dispositivo de sexualidade na qual ampliavam-se os quadros de possibilidades para inserção de novos sujeitos e de novas formas de vida. A movimentação das placas tectônicas produzidas em *Maio de 68* veio como uma forma de desintegração de um mal-estar social compartilhado, que possibilitou a criação de uma linha de fuga que atendesse às demandas e desejos represadas pelos dispositivos sociais de outrora. É desta forma que sobe à cena social e política, por exemplo, as liberdades sexuais das mulheres e dos homossexuais.

[16] Aqui acreditamos, pelo contexto, que houve um ato falho do cronista. Quando ele diz “hetero-sexuais”, ele deve estar se referindo a “homo-sexuais”. Achamos interessante manter este ato falho na citação do texto.

Jaime Dantas entendia que: “uma sociedade para se desenvolver, para se fortificar, para poder acompanhar o ritmo do progresso que estamos vendo necessita de uma Universidade”. Mas ele fazia suas distinções. Utilizando os mesmos estereótipos *subversivos*, o cronista afirma que não deveria ser “aquela universidade de reitores de barbicha, paletó e colete, relógio de algibeira e dixe, que restringe as suas atividades ao campo puramente acadêmico, separando-se e distanciando-se até da própria realidade da comunidade em que estava inserida”. Mas sim à Universidade “que o Ministro Jarbas Passarinho está produzindo no país”, ou seja, aquela que propagasse os valores da ditadura cívico-militar brasileira (Dantas, 1971a, p. 3).

Já demos uma boa pincelada para criar a imagem estereotipada do sujeito *subversivo* na dimensão microfísica do poder. Desta forma, os códigos produzidos por esta maquinaria social buscavam barrar qualquer dinâmica de *negação* do seu *status-quo*. Assim, diante da molecularidade destas linhas de fuga representadas por *uma juventude cabeluda*, estávamos diante de uma operação de enquadramento normativo de um *dispositivo social*, que consistia na técnica que tentava “fazer os corpos dizerem o código”, ou seja, uma tarefa de “maquinar corpos para que soletrem a ordem” (Certeau, 2014, p. 219).

Nas folhas de *O Mossoroense*, os hippies se destacavam como a forma de vida que mais anexava estas imagens micropolíticas *subversiva ao dispositivo da revolução de 64.* É dentro desta lógica que Kaminski afirma que, durante o regime militar, “algumas autoridades acreditavam que o movimento hippie havia nascido em Moscou e que as drogas eram uma arma comunista para enfraquecer a juventude e facilitar aos soviéticos a tomada do poder” (2022, p. 21).

Como uma tentativa de construir uma síntese enunciativa a partir de seus textos, as crônicas de Negreiros e Dantas afirmavam então que os *hippies* seriam: “jovens de aparência exótica, de cabelos desgrenhados descendo sobre os ombros, os olhos avermelhados e pálpebras caídas pela força dos entorpecentes” (Dantas, 1971c, p. 3), que “pensam que estão fundando o novo estilo de vida, com aquelas costeletas monumentais”, exibindo “aquela cabeleira escorregadia e sebenta, aquela barbicha mal cuidada, odiando com todas as forças da alma o banho, porque pensa que falta de higiene encontrará

um princípio de vida" (Negreiros, 1972g, p. 3). Seriam eles "todos iguais", "querendo ser original, procuram conquistar a simpatia do clero, indo à missa e fazendo músicas populares e dizendo ao cristo que estão aqui", e "alegam que Cristo também era cabeludo, mas não vão tão longe afirmando que Cristo também se requebrava e fumava maconha, porque sabem que ninguém hoje dará crédito" (Negreiros, 1972g, p. 3).

Enfatizavam ainda que, com "aqueles cabelos desgrenhados e aquela sujeira que os caracteriza mais que tudo" (Negreiros, 1972g, p. 3), seria o *hippie* um "bicho", como um "lobisomem" (Dantas, 1971b, p. 3). Comumente "analfabetos, não podem sustentar uma conversação; ficam nessa imbecilidade bacana, paca, estou curtido uma curtição, estou na minha, e outras bobagens que seria cansativo enumerar" (Negreiros, 1971i, p. 3). Não "produzem nada, não escrevem coisa alguma, não somente porque não sabem como também porque lhes falta qualquer condicionamento" (Negreiros, 1972g, p. 3).

Então ficariam os *hippies*, "numa posição difícil e quase insustentável, porque a cabeleira nunca foi uma forma de protesto e sujeira jamais foi enquadrada em argumento revolucionário" (Negreiros, 1972h, p. 3). E agora, continua o cronista, que os cientistas dizem que

> [...] barbas longas e longos cabelos, especialmente no pixaim que imita a Ângela Davis, são o campo mais propicio para desenvolvimento de bichos de toas as espécies, que não deixa de ser uma notícia péssima para nossos hippies cabeludos, por imitação ficam peludos como se não existissem nem barbeiros, que no final são os grandes sacrificados... (Negreiros, 1972h, p. 3)

É interessante observar a relutância do cronista em demarcar de forma excludente os intelectuais de esquerda, primeiro Herbert Marcuse, agora, a filósofa socialista Ângela Davis. Negreiros, em uma última imagem dos *hippies* digna dos compêndios da propaganda nazista, diz: "Autênticos parasitas, os hippies ficam grudados às pessoas civilizadas, como verdadeiros carrapatos, isto é, usufruem de tudo, mas não contribuem em nada" (Negreiros, 1971h, p. 3). Seriam essas imagens estereotipadas que, a partir das crônicas de *O Mossoroense,* centradas no cronista Dantas e, principalmente, Negreiros, ajudariam a construir o arquétipo pejorativo dos sujeitos implicados à

identidade e às formas de vida da comunidade *hippie.* Ou seja, em uma fórmula ainda mais condensada, Negreiros diz:

> Euclides da Cunha dizia que o sertanejo antes de tudo era forte, e nós dizemos que o hippie é antes de mais nada, bestalhão, fedorento, asqueroso, assexuado, que pensa ser o protesto – social ou político ou religioso – enquadrado dentro de uma vagabundagem mais completa. Alguns padres divorciados da Igreja, como esse estranho Helder Câmara, que bate nos peitos, revira os olhos e diz que "compreende" a mocidade, procuram engajar na completa falta de higiene que é norma constante dos hippies e dos falsamente chamados prafrentex; ora, ser para a frente, ou melhor, ir para a frente, é se destacar pelo trabalho consciente, por excelentes estudos, pela seriedade, e também por uma certa compostura, que o hippie nunca apresenta. Muito pelo contrário, fedendo mais que bode ou pai de chiqueiro, eles não têm nada de positivo, são atrasadíssimos, não leem coisa alguma e querendo se enquadrar num falso processo revolucionário – processo esquerdeiro e muito manjado – fazem apenas o papel de pobres diabos, mudos quedos e cabisbaixos, sem nenhum fundamento filosófico (Negreiros, 1972g, p. 3).

Para Negreiros, só "alguns sociólogos de gabinete" entendiam "o fenômeno dos jovens desencaminhados uma beleza de autoafirmação, de independência, de revolução do mundo moderno", querendo "encontrar em tais elementos uma nova redenção da sociedade, uma forma crônica de protesto da mocidade contra os chamados velhos" (Negreiros, 1971i, p. 3). Assim, para o cronista, os *hippies* representavam de fato uma oposição a qualquer ideia revolucionaria, no máximo, estariam dentro de um "falso processo revolucionário" *esquerdeiro* e tudo aquilo que ele implicasse. Desenhava-se assim um enredo típico da Guerra Fria, onde, "a nossa revolução" estaria "na tecnologia, no estudo diário e incessante, no trabalho anônimo, na pesquisa intensiva, na leitura continuada, nunca em cabeleiras mal cheirosas..." (Negreiros, 1971i, p. 3).

Por fim, podemos enquadrar essa dinâmica dentro do mesmo funcionamento da violência simbólica dos dispositivos normativos proposto por Vladmir Safatle (2010). Ao discutir o uso da violência contra o Estado ilegal, entre eles, o da ditadura cívico-militar brasileira, o filósofo nos dá um bom desfecho para a reflexão sobre o funcionamento da maquinaria excludente do dispositivo *revolução de 64* nas páginas de *O Mossoroense* (1970-1973):

> Na verdade, o totalitarismo é fundado nesta violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre uma operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transforma-lo em um inominável cuja a voz, cuja a demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber, não um nome, mas uma espécie de "designação impronunciável" que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. "Subversivo", "terrorista". A partir desta designação aceita, nada mais falaremos do designado, pois simplesmente não seria possível falar com ele, no fundo, nada falaria, haveria muito "fanatismo" neste simulacro de sons e argumentos que ele chama de "fala", haveria muito "ressentimento" em suas intenções, haveria muito "niilismo" em suas ações. Ou seja, haveria muito "nada". [...] Antes, ele é a redução daquele colocado na exterioridade à condição de um inominável sem recuperação ou retorno (Safatle, 2010, p. 238).

Dentro desta mesma estrutura discursiva que sustentava a "violência da eliminação simbólica" no periódico mossoroense estavam os jovens, os estudantes, os universitários, os homoafetivos, as mulheres independentes do patriarcado e, não por acaso, os *hippies* como um grupo social da contracultura (Kaminski, 2022, p. 35). Esses jovens "prafrentex" com seus cabelos longos na cabeça, suas roupas, seus vocabulários e sua inadequação subversiva ao *status-quo* do sistema de valores da ditadura cívico-militar brasileira, a *revolução de 1964*, passariam no cotidiano das ruas, das escolas, das igrejas, das instituições, dos espaços públicos e privados em geral, a serem cerceado por sujeitos fechados ao reconhecimento das possibilidades micropolíticas destas novas formas de vida. Assim, como parte microscópica do corpo social, seriam postos por equivalência à mesma condição de outros marginais *subversivos*: guerrilheiros, terroristas, comunistas, socialistas e esquerdistas. Atores centrais das tensões que estruturavam o cenário e davam ritmo à dinâmica macropolítica da ditadura brasileira em tempos de Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de uma abstração estérea na produção da realidade, o *dispositivo*

revolução de 64, como um *discurso*, era efetivo na operação do cotidiano das instituições públicas. Nas folhas de *O Mossoroense,* em seus espaços noticiosos, podem ser percebidas diversas ações dos aparelhos governamentais do Estado que afirmam a execução repressiva a estes grupos sociais marginalizados (Nascimento; Bonsanto; Santos, 2026). Assim, por meio da fiscalização policial "em Mossoró, os 'hippies'" estavam "convidados a deixar a cidade" (O Mossoroense. 04 out. 1972, p. 6), sob o risco de serem presos e terem seus cabelos cortados. Vindo dos diferentes aparelhos institucionais (policiais, escolares e judiciais), a perseguição era contra todos os "cabeludos".

Com a generalização institucional da violência perpetrada pelo regime militar, a tácita autorização a essas pequenas autoridades que também autuavam além das paredes institucionais, produziam a capilarização desta mesma violência estendendo a diversos setores da sociedade mossoroense, principalmente nos subúrbios, com "um verdadeiro clima de temor, onde o povo corre e fecha as suas portas ao primeiro sinal da presença da polícia" (O Mossoroense. 07 fev. 1971, p. 3). As notícias do cotidiano mossoroense trazidas pelo periódico, abordavam desde várias tentativas do delegado da cidade em censurar a imprensa local (Escóssia Filho, 1971a, p. 3); prisões arbitrárias de operários (Escóssia Filho, 1971a, p. 3); invasão de propriedade privada seguida de agressão física e prisão do filho do então editor chefe do *O Mossoroense*, Dorian Freire (O Mossoroense. 29 out. 1980, p. 1); denúncias de "torturas na Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações, ou entre as várias notícias de assassinato pela polícia de Mossoró" (O Mossoroense. 25 nov. 1981, p. 1), evento que culminaria com a população mossoroense saindo às ruas da cidade para protestar contra a violência policial em outubro de 1981 (O Mossoroense. 14 out. 1981, p. 1).

Apesar destes episódios dialogarem diretamente com o imaginário do *dispositivo cívico* da *revolução de 64*, aparentemente, a maior parte deles não foram ações de ordenação direta dos altos escalões da ditadura brasileira. Foram ações individuais das respectivas autoridades locais[17]. Mas esses

[17] Deleuze e Guattari nos lembra que "cada centro de poder é igualmente molecular, exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe. A análise das 'disciplinas' ou micropoderes,

sujeitos policialescos funcionavam como pequenas engrenagens do *dispositivo discursivo*. Em muitos casos, poderiam até mesmo funcionar com maior eficiência à maquinaria ideológica da ditadura militar. Em sua ordem discursiva, operavam mais do que ordenações diretas do próprio governo, com todos os seus aparelhos repressivos do Estado.

Havia sempre um pequeno "pequeno grande homem"[18] de farda, tentando impor seu desejo narcísico como se ele equivalesse a Lei de Estado. De maneira geral, o fio desencapado do autoritarismo que autorizava "o guarda da esquina", além potencializar a violência imanente do sistema capitalista que penalizava os já marginalizados das periferias brasileiras, vez por outra, não demorava muito, saía de controle e atingia alguns setores da classe média brasileira que estavam menos protegidos pelas cercanias do poder.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. A indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**.** In: ADORNO, Theodor. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Revista Outra Travessia,** n. 5, Ilha de Santa Catarina - 2º semestre de 2005.

segundo Foucault (escola, exército, fábrica, hospital, etc.), atestam estes 'focos de instabilidade' onde se afrontam reagrupamentos e acumulações, mas também escapadas e fugas, e ondem produzem inversão. Não é mais o professor, mas o inspetor, o melhor aluno, o cabulador da aula, o zelador, etc. Não é mais o general, mas os oficiais subalternos, os suboficiais, o soldado em mim, o encrenqueiro também, cada um com suas tendências, seus polos, seus conflitos, suas relações de forças" (2012, p. 115-116).

[18] Aqui fizemos uma referência ao conceito do "pequeno grande homem" dos dispositivos básicos da propaganda fascista que Theodoro Adorno (2015, p. 172) sugere. Para o autor, o "pequeno grande homem" dentro de uma ideia de "uma pessoa que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas mais um do povo", serve para estruturar a imagem do líder fascista com seu público. Assim, essa noção satisfaz "o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade". Claro, não se trata da função militar em si. A nossa referência é àqueles militares que se utilizam da farda para tirar vantagens pessoais, exercendo autoritariamente a sua vontade como se ela representasse de fato a própria lei institucional. Ou seja, seria a partir de uma visão de baixo, uma espécie de pequeno protótipo do líder fascista. E, por isso, insistimos na redundância de dizer: pequeno "pequeno grande homem".

BADIOU, Alain. **Hipótese comunista**. Tradução Mariana Echalar. – São Paulo: Boitempo, 2012.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BONSANTO, André. **O presente da memória**: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda". Jundiaí, SP: Paco editorial, 2014.

BONSANTO, André. **A verdade dita é dura**: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. – 2ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CEUTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIRILO, Bruno Emanoel Pinto Barreto. **A divisão política da família Rosado em Mossoró contadas nas páginas dos jornais o Mossoroense e Gazeta do Oeste:**1980-88. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. Mossoró, RN, 2016.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de serviço. Mossoró, ano XCVIII, n° 3.487, 05 de maio de 1971a, p. 3.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de Serviço. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.639, 13 de novembro de 1971b, p. 3.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de Serviço. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.663, 17 de dezembro de 1971c, p. 3.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de serviço. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.769, 29 de abril de 1972a, p. 3.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de serviço. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.774, 06 de maio de 1972b, p. 3.

DANTAS, Jaime Hipólito. Jornal de serviço. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.787, 21 de maio de 1972c, p. 3.

DANTAS, Jaime. Artigo de Fundo. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.799, 08 de junho de 1972d, p. 3.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Trad. de Luiz B. L. Orlandi. – 2ª ed. – São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

ESCÓSSIA FILHO, Lauro. Agenda. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.654, 02 de dezembro de 1971a, p. 3.

ESCÓSSIA FILHO, Lauro. Agenda. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.671, 28 de dezembro de 1971b, p. 3.

FALCÃO, Marcílio Lima. **No labirinto da memória:** fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssias e Rosado (1902-2002). Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo – orientadora Nanci Leonzo. São Paulo 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada no dia 2 de dezembro de 1970. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONÇALVES, Leandro Pereira e NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**./ Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Martin Claret, 2014.

NASCIMENTO, Suliendson; BONSANTO, André, Santos, A. Lucas. **Dispositivo repressivo da ditadura em Mossoró-RN:** o cotidiano entre discursos e os noticiosos. Revista MONXORÓS, Mossoró, Ano 3, Nº 06, V. 01, 2026] ISSN 2966-0017.

NASCIMENTO, Suliendson Dantas do. **O Jornal O Mossoroense e o Espetáculo Cívico (1970-1983)**: Abertura Política, Cotidiano e rupstura do sistema de enunciados. Disertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas). Univercidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2023.

NEGREIROS, Rafael. Sequestradores e sequestrados. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.398, 29 de dezembro de 1970, p. 4.

NEGREIROS, Rafael. Falsos moralistas. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.401, 05 de janeiro de 1971a, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Vietnam interno. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII,

n° 3.406, 13 de janeiro de 1971b, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Castelo Branco, um grande estadista. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.424, 10 de fevereiro de 1971c, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Os velhos e os moços. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.502, 23 de maio de 1971d, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. A poluição moral. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.506, 28 de maio de 1971e, p. 5.

NEGREIROS, Rafael. Experiência chilena. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.511, 04 de junho de 1971f, p. 5.

NEGREIROS, Rafael. O Brasil no exterior. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.515, 09 de junho de 1971g, p. 5.

NEGREIROS, Rafael. Comentários. **O Mossoroense**, Mossoró, ano XCVIII, n° 3.531, 30 de junho de 1971h, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Notas e fatos. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.641, 17 de novembro de 1971i, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Notas e fatos. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.659, 11 de dezembro de 1971j, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentário de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.741, 26 de março de 1972a, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentário de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.743, 29 de março de 1972b, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentários de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.777, 10 de maio de 1972c, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentário de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.790, 26 de maio de 1972d, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentários de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.791, 27 de maio de 1972e, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentário de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.794, 31 de maio de 1972f, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentários de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.808, 20 de junho de 1972g, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentários de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.827, 16 de julho de 1972h, p. 3.

NEGREIROS, Rafael. Comentários de todo dia. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n° 3.833, 25 de julho de 1972i, p. 3.

O MOSSOROENSE. Terrorismo em Mossoró. Mossoró, ano XCVIII, n° 3.394, 20 dez. 1970, p. 1.

O MOSSOROENSE. Sobre a polícia. Mossoró, ano XCVIII, n° 3.422, 07 fev. 1971, p. 3.

O MOSSOROENSE. Padre dançou o carnaval. Mossoró, ano XCVIII, n° 3.448, 16 mar. 1971, p. 1.

O MOSSOROENSE. Confiança no Governo. Mossoró, ano XCVIII, n° 3.461, 31 mar. 1971, p. 3.

O MOSSOROENSE. Guerra aos cabeludos. Mossoró, ano C, n° 3.633, 06 nov. 1971, p. 1.

O MOSSOROENSE. Bomba no Chile destruiu parte das telecomunicações. Mossoró, ano C, n° 3.639, 13 nov. 1971, p. 1.

O MOSSOROENSE. Buzaid: “A revolução representa um passo fundamental á restauração da autenticidade brasileira”. Mossoró, ano C, n° 3.796, 03 jun. 1972, p. 1.

O MOSSOROENSE. “Hippies” continuam transando na cidade. Mossoró, ano C, n° 3.882, 04 out. 1972, p. 6.

O MOSSOROENSE. Sub-delegado invade o domicilio, saca revolver, espanca e prende o editor do jornal O Mossoroense. Mossoró, ano 108, n° 5.771, 29 out. 1980, p. 1.

O MOSSOROENSE. Mossoró para, protesta e diz não a violência. Mossoró, ano 108, n° 5.996, 14 out. 1981, p. 1.

O MOSSOROENSE. Torturas voltaram na Delegacia de Roubos. Mossoró, ano 110, n° 6.026, 25 nov. 1981, p. 1.

REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. **Tradições discursivas do editorial no jornal O Mossoroense**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. / Kalina

Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva – 3.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2014.

SAFATLE, Vladmir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladmir (Org.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Recebido em 23/09/2025.

Aprovado para publicação em 01/10/2026.